



12 de Fevereiro de 2012

ADVOGADO

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40.
2. A compreensão e a interpretação das questões e das siglas constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 3 horas



Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.

EM BRANCO

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

Leia o seguinte texto, que servirá de base para as próximas 05 (cinco) questões:

O Legado da Doutora Zilda Arns

Frei Betto

Se milhares de jovens e adultos brasileiros e estrangeiros sobrevivem, hoje, às condições de extrema pobreza em que nasceram, devem isso em especial à doutora Zilda Arns. Conheci-a através de seu irmão, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, hoje arcebispo emérito de São Paulo. Trazia sempre nos lábios um sorriso tímido, a fala mansa, suave, e, apesar dos gestos contidos, manifestava profunda firmeza de caráter.

Na virada das décadas 1970-1980, o Brasil se redemocratizava e a sociedade civil se reorganizava. Fundada em 1983, hoje a Pastoral da Criança atua em 20 países, principalmente junto a famílias de baixa renda, onde acompanha as gestantes, os partos, o desenvolvimento das crianças de zero a 6 anos de idade.

Inspirada na metodologia de Paulo Freire – os pobres como sujeitos sociais e políticos de sua emancipação da pobreza – a Pastoral da Criança criou uma extensa rede de voluntários a partir da capacitação dos pais das crianças atendidas. O beneficiário de hoje é o agente multiplicador de amanhã, responsável por acompanhar de 10 a 15 famílias vizinhas prestes a ter bebê, orientando-as em ações básicas de saúde, vacinas, cuidados pré e pós-natais, nutrição, educação e cidadania.

Em 2004, Zilda Arns criou a Pastoral da Pessoa Idosa, hoje integrada por milhares de homens e mulheres com mais de 60 anos de idade, rejuvenescidos por descobrirem que velhice não é doença, nem ociosa espera da morte.

No Brasil, já foram atendidas pela Pastoral da Criança, em 27 anos de atuação, 1,6 milhão de crianças e 1,2 milhão de famílias pobres, em 4.063 municípios, graças à dedicação de 260 mil voluntários, dos quais 141 mil são líderes que vivem em comunidades pobres. Zilda Arns fez, sim, o milagre da multiplicação dos pães, ou seja, da vida. Aonde a Pastoral da Criança chega, no primeiro ano o índice de mortalidade infantil cai em torno de 20%.

Estima-se que, no exterior, a Pastoral da Criança já salvou a vida de ao menos 200 mil bebês. Na América Latina ela se faz presente no Paraguai, Argentina, Honduras, México, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Peru, Panamá, República Dominicana, Colômbia, Guatemala e também no Haiti, onde sua fundadora encontrou a morte – em plena trincheira de trabalho para salvar vidas – a 12 de janeiro último, em decorrência do terremoto que arruinou aquele país do Caribe. Na África, a Pastoral atua

na Guiné-Bissau, Moçambique e Guiné; e na Ásia, nas Filipinas e Timor Leste.

Trabalhei com Zilda Arns em 2003/2004, quando a Pastoral da Criança se fez parceira, de primeira hora, do Fome Zero. Ela tinha muito a nos ensinar. Crianças nascidas em situação de extrema pobreza são salvas da desnutrição e da diarreia graças a medidas simples, como a pesagem periódica de bebês, o soro caseiro e a farinha multimistura, preparada com sementes e “restos” de alimentos, como talos de verduras, cascas de frutas e ovos. O custo criança/mês é inferior a R\$ 1,7.

Graças à intensa mobilização suscitada pelo apelo de combate à desnutrição, o Fome Zero recebia inúmeras doações. Certo dia ligou um empresário de Birigui (SP), disposto a doar 100 mil pares de calçados para crianças. E, como tantos doadores, queria visibilizar o gesto em Brasília, em vez de destinar a doação diretamente aos municípios priorizados pelo programa. Logramos convencê-lo do contrário.

Roberto Guimarães, que trabalhava com Oded Grajew e comigo no gabinete de Mobilização Social da Presidência da República, ficou encarregado de monitorar a operação. Qualificado em consultoria de processos, contactou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos. Mas... a que endereços? Sugeriu que recorresse à Pastoral da Criança. Duas semanas depois, ela nos enviou nome e sobrenome de 100 mil crianças, os respectivos endereços e – acreditem! – o número do pezinho de cada uma, especificando se era do sexo masculino ou feminino. Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns. Roberto Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...

No lançamento do Fome Zero, em 2003, Zilda Arns discordou de se exigir, dos beneficiários, comprovantes de gastos em alimentos, de modo a garantir que o dinheiro não se destinasse a outras compras. Oded Grajew e eu a apoiamos, concordamos que apresentar comprovantes não era relevante, valia apenas como forma de se verificar resultados. Haveria que confiar na palavra dos beneficiários.

Em março de 2004, o governo decidiu esvaziar o Fome Zero, que tinha caráter emancipatório, e introduzir o Bolsa Família, de caráter compensatório. Zilda Arns, preocupada, convocou-me a Curitiba, sede da Pastoral da Criança, para reunião com ela, José Tubino, da FAO, e dom Aloysio Penna, então arcebispo de Botucatu (SP), que representava a CNBB. Tratamos das mudanças na área social do governo, em especial da decisão de se acabar com os Comitês Gestores do Fome Zero, já implantados em cerca de 2 mil municípios, pelos quais a sociedade civil atuava junto à gestão pública.

Zilda Arns temia que o Bolsa Família priorizasse a mera transferência de renda, submetendo-se à orientação que propõe tratar a pobreza com políticas compensatórias, sem tocar nas estruturas que promovem e asseguram a desigualdade social. Acreditava que as políticas sociais do governo só teriam êxito consolidado

ao combinarem políticas de transferência de renda e mudanças estruturantes, ações emergenciais e educativas, como qualificação profissional.

Em artigo que divulgou por ocasião da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda, a criadora da Pastoral da Criança alertou que a política social “não deve estar sujeita à política econômica. É hora de mudar esse paradigma. É a política econômica que deve estar sujeita ao combate à fome e à miséria.” E manifestou claramente a sua opinião: “Erradicar os Comitês Gestores seria um grave erro, por destruir uma capilaridade popular que fortalece o empoderamento da sociedade civil; (...) por reforçar o poder de prefeitos e vereadores, que nem sempre primam pela ética e lisura no trato com os recursos públicos. O governo não deve temer a parceria da sociedade civil, representada pelos Comitês Gestores.”

Seu apelo não teve eco. Os Comitês Gestores foram erradicados e, assim, a participação da sociedade civil nas políticas sociais do governo federal. Apesar de tudo, o ministro Patrus Ananias logrou aprimorar o Bolsa Família e o índice de redução da miséria absoluta no país, conforme dados recentes do Ipea. Falta encontrar a porta de saída aos beneficiários, de modo a produzirem a própria renda.

Zilda Arns nos deixa, de herança, o exemplo de que é possível mudar o perfil de uma nação com ações comunitárias, voluntárias, enfim, através da mobilização da sociedade civil. Não a mobilização que isenta o poder público de suas responsabilidades ou procura substituí-lo em suas obrigações. As instituições governamentais mantêm parcerias com a Pastoral da Criança e, esta, exige-lhes recursos, participa de comissões e eventos convocados pelo governo, critica-o quando necessário, sem se deixar instrumentalizar por interesses partidários e eleitorais.

“Estou convencida” – disse ao público que a escutava numa igreja de Porto Príncipe, pouco antes de falecer, sob os escombros de uma igreja no Haiti, em decorrência do terremoto – “de que a solução da maioria dos problemas sociais está relacionada com a redução urgente das desigualdades sociais, a eliminação da corrupção, a promoção da justiça social, o acesso à saúde e à educação de qualidade, ajuda mútua financeira e técnica entre as nações, para a preservação e restauração do meio ambiente.” E acrescentou: “Devemos nos esforçar para que nossos legisladores elaborem leis e os governos executem políticas públicas que incentivem a qualidade da educação integral das crianças e saúde, como prioridade absoluta”.

O mesmo ocorre em relação à iniciativa privada. A Pastoral não compactua com simulacros de responsabilidade social, que mais visam ao marketing do que à promoção humana, porém aceita parcerias se resguardados os princípios éticos e metodológicos que lhe definem o caráter.

Zilda Arns ensinou que, em se tratando de reduzir as causas da pobreza, deve ser a mais curta possível a distância entre intenção e ação. “A fome é ontem”, dizia

Betinho, o sociólogo Herbert de Souza. E, na contramão daqueles que, cheios de bons propósitos, quase nada fazem por se enredarem no cipó das fontes financiadoras, ela primeiro agia para, em seguida, buscar os recursos.

Fez da Pastoral da Criança uma extensa e intensa rede de solidariedade. Acreditou na generosidade e na capacidade das famílias beneficiárias, transformou os pobres, de objetos da ação social, em sujeitos multiplicadores de pequenas e capilares iniciativas que produzem grandes e eficientes resultados.

Ela não repassava dinheiro às famílias atendidas, não fazia promessas, não pedia atestado de pertença religiosa ou preferência política. Seu objetivo era salvar vidas precocemente ameaçadas pela injustiça da desigualdade social que marca a nossa sociedade. Soube confiar no saber popular, na eficácia de recursos domésticos e das práticas tradicionais que dispensam compras em farmácias e supermercados. Infundiu nos beneficiários e agentes multiplicadores da Pastoral a convicção de que a emancipação da pobreza não reside apenas no poder de consumo, mas sobretudo no dever de solidariedade.

“Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e dos perigos, e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossas crianças como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-las”, declarou Zilda Arns ao encerrar a última palestra que proferiu, junto ao povo sofrido do Haiti.

O Prêmio Nobel da Paz merecia esta mulher.

Fonte: *Sítio da Pastoral da Criança* – www.pastoraldacrianca.org.br
(Texto adaptado)

1. Com base na leitura do texto de Frei Betto, assinale a alternativa **CORRETA**:
 - A) Segundo o autor, Zilda Arns acreditava que os beneficiários do Fome Zero deveriam comprovar os gastos alimentares.
 - B) Segundo o autor, Zilda Arns acreditava que a política social não deveria se sujeitar à política econômica.
 - C) De acordo com Frei Betto, Zilda Arns defendia que o Bolsa Família priorizasse a transferência de renda, ou seja, o assistencialismo.
 - D) De acordo com Frei Betto, Zilda Arns acreditava que entre a intenção e a ação de combater a pobreza deveria existir um grande espaço de reflexão teórica, a fim de primeiro buscar fontes de financiamento.
 - E) Para o autor, o trabalho de Zilda Arns tem como principal legado o repasse de dinheiro às famílias assistidas pelos programas sociais do governo.
2. A partir da leitura do texto de Frei Betto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O texto deixa claro que a doutora Zilda Arns transformou a Pastoral da Criança em uma rede de solidariedade.
- B) Segundo o texto, Zilda Arns preferia agir antes de buscar recursos.
- C) O texto deixa claro que a doutora Zilda Arns não acreditava em mudanças na estrutura social, mas em ações paliativas que, a longo prazo, surtem efeitos modificadores na realidade de pobreza existente no Brasil.
- D) Segundo o texto, Zilda Arns acreditava que o governo não deveria temer as parcerias formadas pela sociedade civil.
- E) Segundo o texto, Zilda Arns acreditava que o Poder Legislativo também tem um importante papel a cumprir no que tange às melhorias das condições sociais das crianças.
3. Sobre os dados presentes no texto de Frei Betto, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) Mais da metade dos voluntários da Pastoral da Criança vivem em comunidades pobres.
- B) A ação da Pastoral da Criança, em uma dada localidade carente, faz com que os índices de mortalidade infantil caiam mais de 50%.
- C) A Pastoral da Criança, em seus anos de atuação, atendeu mais famílias pobres que crianças carentes.
- D) A Pastoral da Criança não atua fora dos territórios americano e africano.
- E) A Pastoral da Criança foi fundada por Paulo Freire.
4. Leia o seguinte trecho, destacado do texto de Frei Betto, e assinale a alternativa **CORRETA**:
- Zilda Arns nos deixa, de herança, o exemplo de que é possível mudar o perfil de uma nação com ações comunitárias, voluntárias, enfim, através da mobilização da sociedade civil. Não a mobilização que isenta o poder público de suas responsabilidades ou procura substituí-lo em suas obrigações. As instituições governamentais mantêm parcerias com a Pastoral da Criança e, esta, exige-lhes recursos, participa de comissões e eventos convocados pelo governo, critica-o quando necessário, sem se deixar instrumentalizar por interesses partidários e eleitorais.*
- A) O pronome “lhes”, utilizado em “exige-lhes”, faz referência à “Pastoral da Criança”.
- B) O pronome “o”, em “critica-o”, faz referência a “recursos”.
- C) A palavra “nos”, em “Zilda Arns nos deixa”, é uma preposição.
- D) A palavra “pelo”, em “eventos convocados pelo governo”, é um pronome demonstrativo.
- E) A palavra “esta” faz referência à “Pastoral da Criança” e é um pronome demonstrativo.
5. Leia o seguinte trecho, destacado do texto de Frei Betto, e assinale a alternativa **CORRETA**:
- Roberto Guimarães, que trabalhava com Oded Grajew e comigo no gabinete de Mobilização Social da Presidência da República, ficou encarregado de monitorar a operação. Qualificado em consultoria de processos, contatou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos. Mas... a que endereços? Sugeri que recorresse à Pastoral da Criança. Duas semanas depois, ela nos enviou nome e sobrenome de 100 mil crianças, os respectivos endereços e – acreditem! – o número do pezinho de cada uma, especificando se era do sexo masculino ou feminino. Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns. Roberto Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...*
- A) A palavra “se”, em “contatou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos”, tem efeito aditivo.
- B) Em “Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...”, a palavra “nem” foi utilizada com efeito condicional.
- C) A palavra “sugeri”, em “sugeri que recorresse à Pastoral da Criança”, faz referência a Roberto Guimarães.
- D) Em “Mas... a que endereços?”, a palavra “mas” tem efeito explicativo.
- E) Em “Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns”, a palavra “ficamos” se refere a Roberto Guimarães e ao próprio autor, Frei Betto.
- ## POLÍTICA DE SAÚDE
6. A Constituição Federal assinala, no Capítulo 2, dos Direitos Sociais, artigo 6, que a saúde é um direito. O conceito de saúde, de acordo com a Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990, é:
- A) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo exclusivamente ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- B) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições mínimas ao seu pleno exercício.
- C) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho,

o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

- D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado não exclui o dever das pessoas, famílias, empresas e da própria comunidade na busca de bem estar físico, mental, espiritual e sanitário.
- E) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo exclusivamente ao município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio de ações intersetoriais e interdepartamentais que garantam as pessoas o acesso a bens e serviços.
7. A Política Nacional do Idoso, a fim de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, deve:
- Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros.
 - Desenvolver formas de cooperação entre as Secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes multiprofissionais.
 - Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmações I e III.
B) Apenas a afirmação I.
C) Apenas a afirmação II.
D) Todas as afirmações.
E) Apenas as afirmações II e III.
8. O Conselho de Saúde é um órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde, que atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. Sobre a criação e a organização dos Conselhos de Saúde, considere as afirmações a seguir:
- A criação dos Conselhos de Saúde é estabelecida por lei municipal, estadual ou federal, com base na Lei n. 8.142/90.
 - O número de conselheiros será indicado pelos Plenários dos Conselhos de Saúde e das

Conferências de Saúde, devendo ser definido em lei.

- III. As vagas do Conselho de Saúde deverão ser distribuídas da seguinte forma: 50% de entidades de usuários; 25% de entidades dos trabalhadores de saúde; e 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as afirmações.**
B) Somente as afirmações I e II.
C) Somente a afirmação I.
D) Somente as afirmações II e III.
E) Somente as afirmações I e III.

9. Em relação à Política Nacional de Atenção Básica aprovada pela Portaria n. 648/GM/2006, afirma-se:

- A Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde.
- O Ministério da Saúde, em setembro de 2006, definiu a Agenda de Compromisso pela Saúde que agrega três eixos: (i) o Pacto em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), (ii) o Pacto em Defesa da Vida e (iii) o Pacto de Gestão.
- Considera o sujeito em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças, bem como a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as assertivas.**
B) Apenas as assertivas I e III.
C) Apenas a assertiva III.
D) Apenas as assertivas I e II.
E) Apenas a assertiva I.

10. As ações e serviços de saúde, implementadas pelos estados, municípios e Distrito Federal são financiados com recursos da União, próprios e de outras fontes suplementares de financiamento, todos devidamente contemplados no orçamento da Seguridade Social. Os recursos são repassados por alguns mecanismos entre os quais:

- Transferências regulares e automáticas.
- Remuneração por serviços produzidos.
- Convênios.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as opções I e III.
- B) Todas as opções.**
- C) Apenas as opções II e III.
- D) Apenas as opções I e II.
- E) Apenas a opção II.

ÉTICA E BIOÉTICA

11. Considerando o Código de Ética e Disciplina da OAB, o advogado deve abster-se de:

- I. Responder com habitualidade consulta sobre matéria jurídica nos meios de comunicação social, com o intuito de promover-se profissionalmente.
- II. Debater, em qualquer veículo de divulgação, causa sob seu patrocínio ou patrocínio de colega.
- III. Abordar tema de modo a comprometer a dignidade da profissão e da instituição que o congrega.
- IV. Divulgar ou deixar que seja divulgada a lista de clientes e demandas.
- V. Insinuar-se para reportagens e declarações públicas.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente a assertiva IV.
- C) Todas as assertivas.**
- D) Somente a assertiva V.
- E) Somente as assertivas I, II e III.

12. Compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação dos interessados para esclarecimentos, ou do representado para a defesa prévia em qualquer caso no prazo de:

- A) 15 (quinze) dias.**
- B) 30 (trinta) dias.
- C) 10 (dez) dias.
- D) 20 (vinte) dias.
- E) 05 (cinco) dias.

13. Considerando os deveres do advogado, é defeso a este:

- I. Utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente.
- II. Patrocinar interesses ligados a outras atividades estranhas à Advocacia, em que também atue.
- III. Vincular o seu nome a empreendimentos de cunho manifestamente duvidoso.
- IV. Emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana.

V. Entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o consentimento deste.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as opções I e III.
- B) Todas as opções.**
- C) Apenas as opções II, III e IV.
- D) Apenas a opção I.
- E) Apenas a opção V.

14. Considerando o preceituado no parágrafo único do artigo 14 do Estatuto da Advocacia e da OAB, podemos afirmar que os honorários de sucumbência do advogado empregado constituem:

- A) Fundo próprio que cabe exclusiva e integralmente ao advogado que atuou no processo.
- B) Fundo que será revertido exclusiva e integralmente aos cofres do empregador.
- C) Fundo que será utilizado para compensar as custas processuais pagas pelo empregador.
- D) Fundo comum, cuja destinação é decidida pelos profissionais integrantes do serviço jurídico da empresa ou por seus representantes.**
- E) Fundo que, após a compensação dos gastos processuais, será destinado anualmente ao advogado que atuou no processo.

15. Marque a opção correta, considerando que é defeso ao advogado atuar no mesmo processo, simultaneamente, como:

- A) Patrono e proprietário da empresa que defende.
- B) Nenhuma das opções.
- C) Patrono e testemunha do próprio empregador.
- D) Patrono e preposto do empregador ou cliente.**
- E) Patrono e testemunha da parte contrária.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

16. Considerando aqueles que “são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer”, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.**
- B) Os menores de dezesseis anos.
- C) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- D) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- E) Os ébrios eventuais.

17. Considerando que, salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

- I. Confissão.
- II. Documento.
- III. Testemunha.
- IV. Presunção.
- V. Perícia.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a opção II.
- B) Apenas as opções I e V.
- C) Todas as opções.**
- D) Apenas as opções I, II e III.
- E) Apenas as opções II e IV.

18. Em relação dos prazos de prescrição Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Prescreve em 04 (quatro) anos a pretensão para haver prestações alimentícias, a partir da data em que se vencerem.
- B) Prescreve em 03 (três) anos a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.**
- C) Prescreve em 05 (cinco) anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- D) Prescreve em 02 (dois) anos a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- E) Prescreve em 01 (um) ano a pretensão de reparação civil.

19. Considere as seguintes assertivas referentes à competência do tutor:

- I. Representar o menor, até os dezesseis anos, nos atos da vida civil e assisti-lo, após essa idade, nos atos em que for parte.
- II. Receber as rendas e pensões do menor, e as quantias a ele devidas.
- III. Fazer as despesas de subsistência e educação, bem como as de administração, conservação e melhoramentos dos bens do menor.
- IV. Alienar os bens do menor destinados à venda.
- V. Promover-lhe, mediante preço conveniente, o arrendamento de bens de raiz.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as assertivas.**
- B) Apenas a assertiva I.
- C) Apenas as assertivas IV e V.
- D) Apenas as assertivas II e III.
- E) Apenas as assertivas I e III.

20. Considerando os impedimentos legais que obstam o casamento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Não podem casar os afins em linha reta.**
- B) Podem casar o adotado com o filho do adotante.
- C) Podem casar o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- D) Não podem casar os ascendentes com os descendentes, salvo se o parentesco for apenas civil.
- E) Podem casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem foi cônjuge do adotante.

21. A partir da Emenda Constitucional 19/98, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público serão considerados estáveis após determinado número de anos de efetivo exercício. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto a esse tempo mínimo exigido:

- A) 05 (cinco) anos.
- B) 02 (dois) anos.
- C) 04 (quatro) anos.
- D) Nenhuma das alternativas.
- E) 03 (três) anos.**

22. Considerando os princípios a que devem ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Moralidade, legalidade e publicidade.
- B) Moralidade e pessoalidade.
- C) Eficiência, legalidade e impessoalidade.
- D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**
- E) Privacidade, pessoalidade e eficiência.

23. A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário. Quanto ao prazo para ajuizamento das respectivas ações de ressarcimento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O prazo é imprescritível.**
- B) O prazo é de 01 (um) ano.
- C) O prazo é de 03 (três) anos.
- D) O prazo é de 02 (dois) anos.
- E) O prazo é de 05 (cinco) anos.

24. Em consonância com a previsão contida no § 3º do artigo 31 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto ao tempo em que as contas municipais ficarão anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação:

- A) 30 (trinta) dias.
- B) 60 (sessenta) dias.**
- C) 90 (noventa) dias.
- D) 120 (cento e vinte) dias.
- E) 45 (quarenta e cinco) dias.

25. O ato de improbidade administrativa cometido por um agente público poderá lhe sujeitar a algumas penalidades:

- I. Perda da função pública.
- II. Prisão.
- III. Indisponibilidade de seus bens.
- IV. Suspensão dos direitos políticos.
- V. Ressarcimento ao erário.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as opções.
- B) Somente as opções I, III, IV e V.**
- C) Somente as opções I e V.
- D) Somente as opções II, IV e V.
- E) Somente as opções III e IV.

26. Considerando as previsões constitucionais, assinale a assertiva **CORRETA** com relação à competência dos Municípios:

- A) Não pode suplementar a legislação federal e a estadual em nenhuma circunstância.
- B) Pode criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- C) Pode criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.**
- D) Não pode promover, no que couber, adequado ordenamento territorial ainda que mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- E) Pode criar Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

27. Sabe-se que Constituição Federal garante alguns direitos aos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre as opções abaixo, assinale a **CORRETA** no que se refere a tais direitos:

- A) Repouso semanal remunerado aos sábados e domingos.
- B) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo este de no mínimo de 30 (trinta) dias nos termos da lei, exceto aos trabalhadores domésticos.
- C) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.**
- D) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os respectivos profissionais.

- E) Distinção de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

28. Tendo em vista a possibilidade de emendas à Constituição Federal, observe as assertivas abaixo:

- I. A forma federativa de Estado.
- II. O voto direto, secreto, universal e periódico.
- III. A separação dos Poderes.
- IV. Os direitos e garantias individuais.
- V. A criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.

Dos assuntos elencados acima, escolha os que sequer podem ser objeto de deliberação objetivando sua extinção:

- A) Apenas os contidos nos itens II, IV e V.
- B) Apenas o contido no item V.
- C) Apenas os contidos nos itens I e II.
- D) Apenas os contidos nos itens I, II, III e IV.**
- E) Apenas o contido no item II.

29. Somente a União, em determinados casos considerados excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios, a saber:

- I. Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
- II. Conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo.
- III. Calamidade pública sofrida por país integrante do Mercosul.
- IV. Calamidade pública sofrida por qualquer outro país.
- V. Guerra externa, ou sua iminência.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente as opções I, III e IV.
- B) Todas as opções.
- C) Somente as opções III e V.
- D) Somente a opção V.
- E) Somente as opções I, II e V.**

30. Dos impostos abaixo relacionados, assinale a alternativa que compreende somente aquele de competência do Município.

- A) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- B) Imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos.
- C) Imposto sobre a exportação.
- D) Imposto sobre produtos industrializados.
- E) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.**

31. Considerando quem deve representar o Município em juízo, ativa e passivamente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O prefeito ou o procurador.
- B) O presidente da câmara.
- C) O vice-prefeito ou procurador.
- D) O presidente da câmara e o procurador.
- E) Nenhuma das alternativas.

32. São sujeitos passivos na execução:

- I. O devedor, reconhecido como tal no título executivo.
- II. O espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor.
- III. O novo devedor, que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo.
- IV. O fiador judicial.
- V. O responsável tributário.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente a opção I.
- B) Todas as opções.
- C) Somente as opções III e IV.
- D) Somente a opção IV.
- E) Somente as opções I, IV e V.

33. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, segundo entendimento explicitado no artigo 319 do CPC. Porém, a revelia em questão não induz o efeito mencionado nesse artigo, se:

- I. Pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
- II. O litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- III. A petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. A petição não estiver assinada.
- V. As custas processuais não forem pagas pelo autor.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente as opções II e IV.
- B) Somente a opção I.
- C) Somente as opções I, II e III.
- D) Somente as opções IV e V.
- E) Todas as opções.

34. Considerando os despachos judiciais e recursos a eles cabíveis, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apelação.

- B) Agravo.
- C) Recurso ordinário.
- D) Embargos infringentes.
- E) Dos despachos não cabe recurso.

35. Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso extraordinário e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder será de:

- A) 08 (oito) dias.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 05 (cinco) dias.
- D) 15 (quinze) dias.
- E) Nenhuma das opções.

36. Será considerada inepta a petição inicial quando:

- I. Faltar-lhe pedido ou causa de pedir.
- II. Da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- III. O pedido for juridicamente inexecutível.
- IV. Contiver pedidos incompatíveis entre si.
- V. Faltar instrumento de procuração anexado à petição.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as opções I e IV.
- B) Apenas as opções I, II, III e IV.
- C) Todas as opções.
- D) Apenas as opções III e IV.
- E) Apenas a opção V.

37. Considere um caso de usucapião especial urbano individual: uma pessoa que não é proprietária de nenhum imóvel urbano ou rural, pretende adquirir o domínio de uma área na qual está por cinco anos ininterruptos utilizando-a para sua moradia ou de sua família.

Qual é a medida máxima dessa área, que, nessas condições, essa pessoa poderia possuir como sua?

- A) Até 500 m².
- B) Até 300 m².
- C) Até 350 m².
- D) Até 400 m².
- E) Até 250 m².

38. Entre 02 (duas) jornadas de trabalho, considera-se um período mínimo de horas consecutivas para descanso do trabalhador. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) 12 (doze) horas.
- B) 18 (dezoito) horas.
- C) 24 (vinte e quatro) horas.
- D) 36 (trinta e seis) horas.

E) 11 (onze) horas.

39. No caso da não concessão das férias ao empregado no período concessivo, como deverá ser paga a respectiva remuneração?

- A) Deverá ser paga de forma simples.
- B) Deverá ser paga de forma simples, porém com acréscimo de dois terços.
- C) Deverá ser paga de forma simples, porém com acréscimo do terço constitucional.
- D) Deverá ser paga em dobro.
- E) Deverá ser paga em dobro, com acréscimo do terço constitucional.

40. Caso a parte reclamada não compareça à audiência de julgamento, o ocorrido importará em:

- A) Arquivamento da reclamação.
- B) Designação de nova audiência.
- C) Revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- D) Designação de nova audiência, com imposição de multa à parte reclamada.
- E) Nenhuma das assertivas está correta.

EM BRANCO